

BALANÇOS PATRIMONIAIS				
	Notas	2024	2023	
ATIVO				
Circulante				
Caixa e equival. de caixa	4	3.248.782	4.893.486	
Contas a receber	5	5.061.668	-	
Estoques	6	793.355	846.378	
Outros créditos		429.990	466.291	
Despesas antecipadas		4.436	3.947	
Contratos de gestão	3m	10.123.335	15.031.433	
Total do Ativo Circulante		19.661.566	21.241.535	
Não Circulante				
Depósitos judiciais	13	315.353	316.505	
Contas a receber	5	6.694.453	6.694.453	
Imobilizado – Próprio	7a	356.732	598.020	
Imob.-Contrato de Gestão	7b	2.291.118	1.617.789	
Total do Ativo não Circulante		9.657.656	9.226.767	
Total do Ativo		29.319.222	30.468.302	
PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL				
Circulante				
Fornecedores	8	7.009.887	5.929.453	
Obrigações trabalhistas	9	3.049.099	2.599.880	
Obrigações sociais	10	472.739	427.586	
Obrigações fiscais		188.549	315.242	
Outras contas a pagar	11	446.806	392.620	
Partes relacionadas	12	135.049	252.853	
Contratos de gestão	3m	10.123.335	15.031.433	
Total do Passivo Circul.		21.425.464	24.949.067	
Não Circulante				
Partes relacionadas	12	41.840	41.840	
Provisões p/ contingências	13	1.959.633	-	
Receitas diferidas	14	2.517.202	1.996.629	
Total do Passivo não Circul.		4.518.675	2.038.469	
Patrimônio Social				
Patrimônio social		3.480.766	3.989.189	
Superávit (déficit) acumulado		(105.683)	(508.423)	
Total do Patrimônio Social		3.375.083	3.480.766	
Total do Passivo e Patr. Soc.		29.319.222	30.468.302	
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS				
	Notas	2024	2023	
Receitas Operacionais				
Serv. prestados pacientes SUS		60.294.768	56.241.519	
Serv. prestados convênios e partic.		-	-	
(-) Glosas		-	-	
Receita Líquida		60.294.768	56.241.519	
Custos				
Serviços de terceiros		(28.243.705)	(27.927.938)	
Pessoal e encargos		(13.713.978)	(13.165.014)	
Material e medicamentos		(7.966.130)	(7.242.132)	
Superávit / (Déficit)Líquido		10.370.955	7.906.435	
Despesas				
Pessoal e encargos		(3.428.494)	(3.291.254)	
Serviços de terceiros		(9.474)	(10.563)	
Impostos, taxas e contribuições		(425.123)	(443.442)	
Depreciação/amortização		(6.932.079)	(4.848.964)	
Despesas gerais e admin.	15	(424.215)	(687.788)	
Superávit/(Déficit) Antes do Resultado Financeiro		(424.215)	(687.788)	
Financeira Líquidas				
Despesas financeiras		(149.208)	(116.650)	
Receitas financeiras		165.327	22.064	
Superávit/(Déficit) Antes de Outras Despesas e Receitas		(408.096)	(782.374)	
Outras Despesas e Receitas				
Doações e subvenções		-	-	
Outras receitas e despesas		302.413	273.951	
Superávit/(Déficit) do Exerc.		(105.683)	(508.423)	
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES				
		2024	2023	
Superávit / (Déficit) do Exercício				
Outros resultados abrangentes		(105.683)	(508.423)	
Total Resultado Abrangente		(105.683)	(508.423)	
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
	Patrimônio Social	Super. / (Déficit) Acumulado	Total	
Saldos 31/12/22	5.571.661	(2.782.472)	2.789.189	
Incor. ao Patr. Soc. (2.782.472)		2.782.472	-	
Transferências 1.200.000		-	1.200.000	
Super. / (Déficit) do Exercício -		(508.423)	(508.423)	
Saldos 31/12/23	3.989.189	(508.423)	3.480.766	
Incorporação ao Patrimônio Social (508.423)		508.423	-	
Super. / (Déficit) do Exercício -		(105.683)	(105.683)	
Saldos 31/12/24	3.480.766	(105.683)	3.375.083	
NOTAS EXPLICATIVAS				
1. CONTEXTO OPERACIONAL a. Objetivos Sociais Hospital Regional do Marajó compõe a rede de regionalização dos serviços de saúde do Governo Estadual do Pará. Atende patologias de média e alta complexidade, com centro cirúrgico de alta tecnologia com UTI adulta, infantil e neonatal, atendendo a população dos municípios de todo o 8º Centro Regional de Saúde, composto pelas cidades de Bagre, Curalinho, Anajás, Portel, Melgaço e Gurupá, totalizando um universo de quase 300 mil pessoas atendidas. O atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita. O HRPM tem 50 leitos, além de unidades de urgência e emergência, sete leitos de UTI adulta, cinco de UTI pediátrica e cinco de UTI neonatal. Os serviços oferecidos são obstetrícios, cirurgia geral, ortopedia, oftalmologia, cardiologia, clínica médica, exames laboratoriais por imagem e métodos gráficos. Possui um centro cirúrgico e obstétrico com três salas cirúrgicas e uma de recuperação pós- anestésica. Unidade ambulatorial, com cinco consultórios. b. Contrato de Gestão O Hospital Regional do Marajó				
Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH (CNPJ 23.453.830/0004-12) EXERCÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em reais)				
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXAS				
		2024	2023	
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Superávit / (Déficit) do Exercício		(105.683)	(508.423)	
Aj. p/ reconc. o super.(déficit) do exercício com o caixa		-	-	
Depreciação/Amortização (Reversão)		(11.409)	443.442	
Transferências		-	1.200.000	
Provisões para Contingências		1.959.633	-	
Super. / (Déficit) do Exer. Ajust. (Aumento) / Redução do Ativo		1.842.541	1.135.019	
Contas a receber		(5.061.668)	-	
Estoques		53.023	(85.056)	
Outros Créditos		36.301	8.689	
Despesas Antecipadas		(489)	1.108	
Depósitos Judiciais		1.152	-	
Aumento / (Redução) do Passivo				
Fornecedores		1.080.434	1.945.470	
Obrigações Trabalhistas		449.219	301.568	
Obrigações Sociais		45.153	99.964	
Obrigações Fiscais		(126.693)	97.345	
Outras Contas a Pagar		54.186	203.468	
Receitas Diferidas		520.573	(339.052)	
FLUXO DE CAIXA GERADO/(CONS.) PELA ATIVIDADE OPERAC. (1.106.268) 3.368.523				
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de Ativo Imob. e Intang.		(420.632)	-	
FLUXO DE CAIXA CONSUMIDO PELA ATIVIDADE DE INVEST. (420.632) -				
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Partes Relacionadas		(117.804)	(1.050.889)	
FLUXO DE CAIXA GERADO/(CONS.) PELA ATIVIDADE DE FINANC. (117.804) (1.050.889)				
AUM. (REDUÇÃO) LÍQ. DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (1.644.704) 2.317.634				
No início do exercício		4.893.486	2.575.852	
No fim do exercício		3.248.782	4.893.486	
CX e Eq. de CX no Fim do Per.		(1.644.704)	2.317.634	
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO				
		2024	2023	
Receitas				
Serviços prestados pacientes SUS		60.597.181	56.515.470	
Outras receitas e despesas		60.294.768	56.241.519	
(-) Glosas		302.413	273.951	
Insumos adquir. de terc.		(43.141.914)	(40.019.034)	
Serviços de terceiros		(28.243.705)	(27.927.938)	
Mat. e medic., Desp. gerais e adm.		(14.898.209)	(12.091.096)	
Valor adicionado bruto (1-2)		17.455.267	16.496.436	
Retenções		(425.123)	(443.442)	
Depreciação/amortização		(425.123)	(443.442)	
Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)		17.030.144	16.052.994	
Valor adic.recebido em transf.		165.327	22.064	
Receitas financeiras		165.327	22.064	
Valor adic. total a distrib. (5+6)		17.195.471	16.075.058	
Distrib. do valor adicionado		17.195.471	16.075.058	
Pessoal e encargos		17.142.472	16.456.268	
Impostos, taxas e contribuições		9.474	10.563	
Despesas financeiras		149.208	116.650	
Superávit / (Déficit) do Exercício		(105.683)	(508.423)	
As N.E são parte integrante das Demonstrações Financeiras.				
é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), 06 de setembro de 2010, sendo atualmente por meio de contrato de gestão nº 002/SESPA/2022, vigente até 21/03/2025. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:				
Âmbito	Legislação	Publicação		
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970		
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969		
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967		
Considerando o parecer técnico nº 84/2025-CGCR/DCEBAS/SAES/MS, constante do processo nº 25000.175499/2023-33, que conduziu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve: Art. 1º fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), em conformidade com o art. 9º da Lei Complementar nº 187/2021, do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH, CNPJ nº 23.453.830/0001-70, com sede em Pedro Leopoldo (MG). Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de Janeiro de 2024 a 31 de Dezembro de 2026. O Instituto encontra-se adimplente com as orientações e exigências da Lei Complementar nº 187/2021. c. Déficit do Exercício de 2024 Em 2024 o Hospital arcou com maior volume de serviços em especialidades, assim como, com o repasse de atualização de seus fornecedores sobre os produtos e serviços de consumo geral. Desta forma, os recursos provenientes do contrato de gestão não foram suficientes para manter o fluxo financeiro da operação no exercício, impactando na apresentação de déficit na ordem de R\$ 105.863 no exercício. Como consequência, o Hospital apresenta excedente de passivos sobre ativos circulantes no montante de R\$1.764.078 em 31 de dezembro de 2024. A Administração busca constante adequação dos custos de execução da operação do Hospital em conjunto com o atendimento às exigências técnicas e contratuais com o Ente Público e possui a meta de reequilibrar os fluxos de caixa em discussão de renovação/atualização dos valores contratados com o Ente Público. 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS a. Declaração de Conformidade Com exceção aos ativos imobilizados e intangíveis que serão devolvidos ao poder concedente ao final do contrato de gestão e que não foram submetidos à avaliação de vida útil, as demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a lei complementar 187/2021 e as demais altera-				
ções promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. b. Aprovação das Demonstrações Financeiras As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Administração na reunião em 28 de Fevereiro de 2025. c. Base de Mensuração As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. d. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em Real, arredondadas em relação aos centavos, exceto quando indicado de outra forma. 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. a. Caixa e Equivalentes de Caixa São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. b. Estoques São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. c. Imobilizado - i. Reconhecimento e Mensuração Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. ii. Custos Subsequentes Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. iii. Depreciação A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes: Taxa Anual de Depreciação - %				
Aparelhos Med. e Cir. 10%				
Benfeitorias 10%				
Instalações 10%				
Instrumentos de Cirurgia 10%				
Máquina e Equipamentos 10%				
Moveis e Utensílios 10%				
Moveis e Utensílios Hosp. 10%				
Eq. Informática 20%				
O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. d. Intangível Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, refletem os custos com direitos de uso de software. e. Redução ao Valor Recuperável de Ativos Tangíveis e Intangíveis A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. f. Julgamentos e Estimativas A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. g. Provisões para Riscos Judiciais A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. ii. Ajuste para Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. g. Apuração do Superávit/Déficit O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. h. Reconhecimento de Receitas As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regi-				
Continua..				

Continuação..	
me de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. i. Outros Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. j. Ajuste ao Valor Presente de Ativos e Passivos Nas demonstrações contábeis de 2024 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. k. Patrimônio Líquido Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. l. Demonstrações dos Fluxos de Caixa As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. m. Contratos de Gestão Em 2023, a Administração do Hospital concluiu os estudos sobre a adoção dos conceitos de contabilização dos contratos de gestão baseados na NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1), e optou por reconhecer o saldo do contrato de gestão junto ao Ente Público, registrando em ativo circulante os valores futuros a receber dos serviços previstos em contrato, em contrapartida ao passivo circulante relativa a obrigação de execução do contrato pactuado.	
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2024 2023
Caixa em espécie	1.000 1.000
Banco conta movimento	824.116 4.647.683
Aplicações financ. de liquidez imediata	2.423.666 244.803
Total	3.248.782 4.893.486
As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido	
7. IMOBILIZADO a. Próprio	
Aparelhos Med. e Cir.	Eq. Instrumentos Máquina Móveis Móveis e
	Informática de Cirurgia e Equip. e Utensílios Hosp. Total
Em 31 de dezembro de 2023	
Saldo inicial	1.840 9.469 6.985 371.913 8.346 14.743 413.296
Aquisições	- - - - - - -
Transferências	- - - 257.464 - - -
Baixas	- - - - - - -
Depreciação	(1.421) (1.957) (1.691) (58.763) (2.390) (6.518) (72.740)
Saldo contábil líquido	419 7.512 5.294 570.614 5.956 8.225 598.020
Em 31 de dezembro de 2024	
Saldo inicial	419 7.512 5.294 570.614 5.956 8.225 598.020
Aquisições	- - - 414.739 5.893 - - 420.632
Transferências	- - (5.471) (3.993) (575.507) 5.327 3.553 (576.091)
Baixas	- - - - - - -
Depreciação	(419) (1.703) (1.301) (74.300) (2.575) (5.531) (85.829)
Saldo contábil líquido	- 338 - 335.546 14.601 6.247 356.732
b. Contrato de Gestão	
Aparelhos Benfei- Eq. Insta- Instrum. Máquina e Mób. e Mób. e Obras	Med. e Cir. torias Inf. lações de Cirur. Equip. Utens. Hosp. Andam. Total
Em 31 de dezembro de 2023	
Saldo inicial	- 17.139 - 338.568 - 1.474.142 2.157 51.944 362.005 2.245.955
Aquisições	- - - - - - - - -
Transferências	- - - - - (257.464) - - - (257.464)
Baixas	- - - - - - - - -
Depreciação	- (4.463) - (45.706) - (297.890) (2.157) (20.486) - (370.702)
Saldo contábil líquido	- 12.676 - 292.862 - 918.788 - 31.458 362.005 1.617.789
Em 31 de dezembro de 2024	
Saldo inicial	- 12.676 - 292.862 - 918.788 - 31.458 362.005 1.617.789
Aquisições	- - - - - - - - -
Transferências	147 4.512 960 (14.706) 32.743 561.315 (5.469) (3.411) - 576.091
Baixas	- - - - - - - - -
Reversão de depreciação	- 521 - - - 284 363.781 15.152 56.794 - 436.532
Depreciação	- (3.647) (58) (38.674) (1.008) (278.010) (530) (17.367) - (339.294)
Saldo contábil líquido	147 14.062 902 239.482 32.019 1.565.874 9.153 67.474 362.005 2.291.118
8. FORNECEDORES	2024 2023
Materiais e medicamentos	1.147.792 1.950.080
Serviços	1.634.003 1.065.062
Serviços médicos	3.622.868 1.847.483
Diversos	605.224 1.066.828
Total	7.009.887 5.929.453
AgingList	2024 2023
A vencer	3.017.525 3.230.644
Até 30 dias	1.958.498 613.508
De 31 a 60 dias	375.955 258.082
De 61 a 90 dias	164.408 203.850
De 91 a 180 dias	444.146 674.268
De 181 a 360 dias	301.274 678.586
+ de 360 dias	748.081 270.515
Total	7.009.887 5.929.453
9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	2024 2023
Ordenados e salários a pagar	1.231.581 1.099.687
Provisão férias	1.682.897 1.389.070
Provisões FGTS s/férias	134.621 111.123
Total	3.049.099 2.599.880
10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS	2024 2023
INSS a recolher	142.554 127.792
FGTS a recolher	174.476 158.502
IRRF s/ folha a recolher	148.663 134.886
Contr. sindical	7.046 6.406
Total	472.739 427.586
11. OUTRAS CONTAS A PAGAR	2024 2023
Adiantamento de clientes	279.658 279.658
Seguros a pagar	3.776 -
Outras	991 23.607
Verba piso salarial da enfermagem (i)	162.381 89.355
Total	446.806 392.620

até a data do balanço. A Administração entende que o montante de Caixa e equivalentes de Caixa é suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo.	
5. CONTAS A RECEBER Referem-se a contas a receber de contrato de gestão com Secretaria de Saúde do Estado do Pará, vigente até 21/03/2025.	
Circulante	2024 2023
Contrato 002/2022 - SESPA	5.061.668 -
Total	5.061.668 -
Não Circulante	2024 2023
Contrato 020/2013 - SESPA(i)	6.694.453 6.694.453
Total	6.694.453 6.694.453
(i) O saldo de contas a receber não circulante refere-se a valores em discussão para recebimento junto à Secretaria de Saúde do Estado do Pará. O saldo é considerado recebível pela Administração, portanto não são consideradas provisões para perdas.	
AgingList	2024 2023
A vencer	- -
Até 30 dias	5.061.668 -
+ de 360 dias	6.694.453 6.694.453
Total	11.756.121 6.694.453
6. ESTOQUES	2024 2023
Drogas e medicamentos	270.938 251.178
Materiais de uso do paciente	251.272 282.822
Gases medicinais	97.849 106.630
Materiais de manutenção	12.178 39.822
Limpeza e higienização	16.088 45.457
Materiais de expediente e impressos	14.205 21.718
Combustível gerador/GLP	11.335 4.847
Dietas enterais e parenterais	6.059 18.943
Equipamento de proteção individual	22.911 11.912
Gêneros alimentícios	12.165 29.163
Materiais de laboratório	57 57
Materiais radiológicos/imagens	9.361 7.025
Demais materiais	8.937 26.804
Total	793.355 846.378
Não há itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que justifique constituição de provisão para perdas.	
pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos, não estão reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores:	
Possível	2024 2023
Cível	700.721 2.300.833
Trabalhista	10.000 10.000
Total	710.721 2.310.833
A Entidade manteve o montante de R\$ 315.353 em depósitos judiciais e/ou recursos para possibilitar o andamento dos processos e eventuais coberturas dos valores discutidos.	
14. RECEITAS DIFERIDAS O montante demonstrado no grupo de receita diferida em 31/12/2024, refere-se à entrada do imobilizado com o contrato de gestão no hospital, contabilizando a depreciação mensal dos bens na conta receita diferida no passivo conforme abaixo:	
2024 2023	
Imobilizado - contrato de gestão	5.779.619 5.321.247
Intangível - contrato de gestão	46.347 45.423
Total investido em ativo	5.825.966 5.366.670
Depreciação/amortização acumulada	(3.534.848) (3.748.881)
Total imobilizado/intangível líquido	2.291.118 1.617.789
Saldo para investimento	226.084 378.840
Total	2.517.202 1.996.629
15. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	
2024 2023	
Serviços de gestão	(766.768) (740.557)
Energia elétrica	(2.007.834) (1.995.154)
Aluguel de máquinas	(431.198) (448.016)
Manutenção e conservação	(34.995) (19.879)
Viagens e hospedagem	(1.248.482) (1.190.621)
Fretes e carretos	(178.828) (158.115)
Provisões para contingências	(1.959.633) -
Outros	(304.341) (296.622)
Total	(6.932.079) (4.848.964)
16. RENÚNCIA FISCAL A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.	
2024 2023	
Cota patronal/ Terceiros e RAT/SAT	3.695.041 3.379.825
INSS	3.695.041 3.379.825
COFINS	1.808.843 1.689.902
COFINS	1.808.843 1.689.902
Total	5.503.884 5.069.727
17. COBERTURA DE SEGUROS Em 2024, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos.	
18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.	
2024 2023	
Aplicações financ. de liquidez imediata	2.423.666 244.803
Contas a receber	11.756.121 6.694.453
Total ativos financeiros	14.179.787 6.939.256
Fornecedores	7.009.887 5.929.453
Total passivos financeiros	7.009.887 5.929.453
19. GESTÃO DE RISCOS A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros i. Riscos de Liquidez As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais valores são adequados para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade.	
ii. Riscos de Crédito Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento.	
20. EVENTOS SUBSEQUENTES Até a data de emissão destas demonstrações contábeis, o Contrato de gestão 002/SESPA/2022 estava vigente, não sendo realizadas provisões adicionais ou contingenciais nessas demonstrações contábeis, com perspectiva da Administração de que seja renovada para nova Gestão do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH, após seu encerramento em 21 de março de 2025. Renovação CEBAS - INDSH Conforme mencionado na nota explicativa 1 - contexto operacional, a Entidade obteve deferimento para renovação do CEBAS para o triênio de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2026 em 12/02/2025, junto ao Ministério da Saúde, constante do processo 25000.175499/2023-33. Breves - PA, 28 de Fevereiro de 2025.	
Juscely Pereira Machado - Diretora Executiva CPF: 699.718.891-53	
Ediane Pacheco Lemos - Contadora - CRC-SP-324161/O	
Continua..	

Continuação...

Relatório do Auditor Independente

À Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH Hospital Regional do Marajó - HRM Breves - PA. **Opinião com ressalvas** Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Hospital Regional do Marajó, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do déficit, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto mencionado no tópico “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Hospital Regional do Marajó, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalvas Provisão de juros e multas sobre atrasos de pagamentos a fornecedores** Em 31 de dezembro de 2024, O Hospital apresentava um montante de R\$ 7.009.887, relativo a fornecedores a pagar, dos quais R\$ 3.992.362 estavam vencidos, conforme demonstrado na nota explicativa 8 - Fornecedores. A Administração não realizou provisão de juros e multas para quitação dos valores em aberto. Entretanto, nas circunstâncias, não foi possível realizar procedimentos alternativos que pudessem nos fornecer base suficiente para conclusão sobre o montante que deveria ser reconhecido a título de juros e multas sobre os atrasos ocorridos. **Contas a receber de contrato anterior:** Em 31 de dezembro de 2024, o Hospital apresentava um montante de R\$ 6.694.453 (R\$, relativo a contas a receber de contrato de gestão 020/2013 – SESP, do qual, mesmo com esforços para recebimento junto ao Ente Público, a Administração não obteve até a data de emissão deste relatório, a confirmação de inclusão deste montante em plano de pagamento ou repactuação por parte do Ente. Desta forma, nas circunstâncias, não foi possível realizar procedimentos alternativos que pudessem nos fornecer base suficiente para conclusão sobre o recebimento dos valores junto ao Ente Público em período e montante capazes de reequilibrar os fluxos de caixa do atual contrato de gestão. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Provisões para riscos e passivos contingentes:** Conforme nota explicativa nº 13, provisão para contingências e depósitos judiciais, a Entidade possui processos, questionamentos ou assuntos relevantes acerca de questões cíveis e trabalhistas, cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle. Considerando a complexidade do ambiente judiciário e a necessidade de julgamento crítico em relação a probabilidade de perda nestes processos, eventuais mudanças de prognóstico e/ou julgamento podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Sendo assim, a avaliação, mensuração e divulgação destas contingências foi considerado como foco de análises em nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento dos riscos de provisão para contingências incluíram, entre outros: (i) envio de correspondência independente para os assessores jurídicos responsáveis pelos processos da Entidade; (ii) avaliação de controles internos histórico da natureza dos processos e desfechos; (iii) divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar à Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2025.

Planners Auditores Independentes

- CRC.SP. Nº. 2SP 14.712/O-2. Heitor Piovam

Contador CRC 1SP 331.721/O-6

Discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (iv) obtenção de opinião legal dos assessores jurídicos, acerca de assuntos de alta exposição da Entidade; e (v) verificação da consistência das informações de resposta de assessores jurídicos com as informações e controles da Administração. Com base nos procedimentos aplicados, entendemos que os controles internos mantidos, bem como as estimativas utilizadas pela Administração, proporcionam uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações financeiras. **Ênfases:** Nossa opinião não está ressaltada em função dos seguintes assuntos: **Continuidade operacional** Chamamos a atenção sobre o descrito na nota explicativa 1(c), em que a Administração apresenta os fatores de elevação de custos da operação de gestão da Unidade e considera como determinantes para o reequilíbrio dos fluxos de caixa futuro, o sucesso na renovação e atualização dos valores de contrato junto à SESP. Em 31 de dezembro de 2024, o Hospital possuía excessos de passivos sobre seus ativos circulantes, apresentando capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 1.763.898. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com o princípio de continuidade das operações, considerando os melhores esforços da Administração na renegociação do contrato e recomposição de caixa, não sendo apurado ou reconhecida eventuais provisões para descontinuidade das operações. **Renovação do contrato de gestão** Conforme descrito nas notas explicativas 1(b) e 19, chamamos a atenção ao fato de que o contrato de gestão do Hospital Regional do Marajó está vigente até 21 de março de 2025, entretanto, até a emissão desse relatório, a SESP não havia concretizado processo de renovação junto à Entidade. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com o princípio de continuidade, não sendo apurado, reconhecido ou divulgado a totalidade de eventuais provisões para desmobilização ou descontinuidade de operações e eventuais contingências. **Imobilização de gestão** Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, será integralmente revertido ao poder concedente (Estado do Pará), quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade não adota as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis. **Transações com partes relacionadas** A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo sua sede Administrativa, em operações de pagamento de reembolso de despesas compartilhadas. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. **Outros assuntos: Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 11 de março de 2024, sem modificações. **Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Entidade, e apresentadas como informação suplementar para fins de divulgação, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando,

AUTISMO

Legislação, Jurisprudência e Políticas Públicas

Maria Mendonça de Souza

[/ioepaoficial](#)

[/editoradalcidiojurandir](#)

QUILOMBO DO AMERICA

NARRATIVAS DOS MORADORES DA AMAZÔNIA BRAGANTINA

[/ioepaoficial](#)

[/editoradalcidiojurandir](#)

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE